

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Anular concessão por Projeto de Lei é inviável, diz MME.....	2
Título: Petróleo faz arrecadação parar de crescer	3
Título: Custo do querosene de aviação entra na mira do Estado	5
Título: Subsídios, um deboche	6
Título: Caiado defende rescisão do contrato da Enel	9
Título: Mitsubishi vence disputa com a Shell e compra a concessionária holandesa Eneco por € 4,1 bilhões	11
Título: Curtas	13
Título: TST manda suspender repasses de verbas da Petrobras para a FUP	13
Título: Após se reestruturar, Gerdau investe em inovação e negócios	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	17
Título: Guedes sugere que demitiria se Petrobrás fosse privada	17
Título: Petroleiros param e ministro do TST fala em ‘afronta’	18
Título: Royalties caem e derrubam arrecadação	19
Título: Após óleo, praia perde até 66% de animais.....	20
Título: Brumadinho não poderia ter recebido aval, diz PF.....	21
Título: Fachin manda inquérito de Lobão para Curitiba	23
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	23
Título: Trama combina documentário e ficção para falar de Belo Monte.....	23
VEÍCULO: O Globo.....	25
Título: Queda nos royalties freia arrecadação em outubro	25
Título: O que a alta do câmbio avisa	26
Título: Turbinado, supercomputador brasileiro volta ao topo	28

Título: Pirataria no petróleo	29
Título: Óleo é encontrado em praias de mais três municípios do Rio	30
Título: Por que parou? Parou por quê?.....	31
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	31
Título: Sudeste sem óleo, diz Marinha.....	31

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Gabriel Vasconcelos — Do Rio

Título: Anular concessão por Projeto de Lei é inviável, diz MME

O governo federal acompanha de perto o imbróglio entre o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), e o grupo italiano Enel relativo à concessão Enel Distribuição Goiás (antiga Celg). **O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, disse ontem ser impossível juridicamente a aplicação do decreto legislativo proposto pelo deputado federal Elias Vaz (PSB-GO), que prevê a anulação do contrato de concessão da distribuidora de energia.

“Isso juridicamente não é possível. Mas também não estamos apenas constatando a impossibilidade jurídica desse ato. Estamos junto com todos os atores, a Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica], o próprio governo de Goiás. O ministério fala diariamente com o governo de Goiás, fala também com a empresa, fala com a Aneel”, disse o ministro, após participar de evento promovido pela Pré-sal Petróleo (PPSA), no Rio.

Ele contou que tinha reunião prevista com o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, ontem à noite. Um dos assuntos que seriam discutidos, explicou ele, era o impasse entre a distribuidora de energia e o governo goiano.

Caiado e alguns parlamentares de Goiás criticam a qualidade do serviço prestado pela Enel no Estado. Albuquerque, porém, explicou que o problema em Goiás foi a falta de investimentos no passado.

“Isso é uma coisa que tem que ser entendida por todos os atores, que não é uma coisa que surgiu agora. Isso é consequência de um período grande que o setor de energia deixou de realizar investimentos para a manutenção da infraestrutura”, disse o ministro.

Em outro evento, também no Rio, o ministro comentou sobre o plano de capitalização e privatização da Eletrobras. Segundo ele, é impossível prever quanto a elétrica valerá no segundo semestre de 2020, quando o governo pretende realizar a operação.

“É impossível prever quanto [a Eletrobras] vai valer no segundo semestre de 2020. Prever quanto vai arrecadar é difícil. Evidentemente que, pelo próprio ordenamento jurídico, tivemos que apresentar dados calculados, e esse valor foi R\$ 16 bilhões”, disse, em referência ao valor estimado pelo Ministério da Economia.

Apesar de trabalhar com a previsão de privatização na segunda metade do próximo ano, o ministro reafirmou que o Congresso, que ainda vai analisar o projeto de lei sobre a desestatização da elétrica, “tem dinâmica própria”.

“Já trabalhamos juntos à liderança da Câmara e iniciei [as conversas] junto ao Senado na semana passada. Acreditamos que, com as informações e esclarecimentos prestados, o projeto de lei poderá ter tramitação mais célere do que normalmente ocorre”, afirmou.

Questionado por jornalistas sob eventual redução do valor da empresa associada à queda no valor de mercado, o ministro disse que os agentes devem aguardar. “O mercado tem que esperar. Da mesma forma que não quero dizer quanto ela vale hoje, o mercado ‘não pode achar’. A Eletrobras vai valer o que valer efetivamente [no 2º semestre de 2020]”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Edna Simão e Ribamar Oliveira — De Brasília

Título: Petróleo faz arrecadação parar de crescer

A queda de preço do petróleo fez com que a arrecadação de impostos e tributos federais em outubro registrasse uma ligeira queda real de 0,02% em outubro ante mesmo mês de 2018, interrompendo uma sequência de alta iniciada em abril. No mês passado, a arrecadação somou R\$ 135,202 bilhões, ante R\$ 135,224 bilhões no mesmo mês do ano passado, a preços de outubro deste ano.

Dados divulgados ontem mostram que os tributos administrados pela Receita Federal seguem em linha com o crescimento da economia e apresentaram um aumento real de 1,47% em outubro, na comparação com o mesmo mês de 2018, totalizando R\$ 125,169 bilhões. Já as receitas administradas por outros

órgãos, em que os royalties de petróleo e participações especiais têm um peso de 90% do total, despencaram 15,44% ante outubro de 2018, somando R\$ 10,033 bilhões.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, explicou que desempenho das receitas não administradas depende da cotação do dólar, da quantidade produzida e do cronograma de pagamentos.

Segundo informações da Agência Nacional de Petróleo (ANP), a produção nacional do produto em agosto deste ano cresceu, mas foi insuficiente para compensar o impacto da redução do preço. O barril de petróleo do tipo Brent custava US\$ 72,28 em agosto do ano passado e a cotação caiu para US\$ 62,90 em agosto deste ano. Os valores referentes ao mês de agosto são processados pela ANP em setembro e pagos em outubro.

No terceiro trimestre deste ano, as receitas com royalties caíram 8,5%, em termos nominais, de acordo com a ANP, ante o mesmo período de 2018. Somente em outubro, a redução nominal foi de 4,5% em relação ao mesmo mês de 2018. No acumulado de janeiro a outubro deste ano, no entanto, a receita de royalties subiu 5,9%, em termos nominais, na comparação com igual período do ano passado. Já a arrecadação com participação especial subiu 20%, em termos nominais, no acumulado do ano, na comparação com 2018. Fontes do governo informaram que a tendência é que, neste mês, haja uma reversão do que ocorreu em outubro e a receita com royalties cresça 7%, em termos nominais, ante novembro de 2018.

Na arrecadação administrada pela Receita, cujo desempenho acompanha a economia, um destaque ressaltado por Malaquias foi o Imposto de Renda das Pessoa Física (IRPF), que teve uma alta de 21,01%, puxada por ganho de capital na alienação de bens (alta de 28,18%), ganhos líquidos da bolsa de valores (570,75%) e pagamentos do carnê-leão (16,56%). No caso da bolsa, ele destacou, sem dar detalhes, que se refere ao aumento do volume de operações. O desempenho da arrecadação foi favorecido ainda pelo fato de outubro se tratar de mês “cabeça de trimestre” (em que há concentração de pagamentos de tributos).

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros também ressaltou a receita com Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e com a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), que teve uma alta real de 3,21% na comparação

entre outubro de 2018 e de 2019. A arrecadação chegou a R\$ 26,012 bilhões no mês passado.

Malaquias frisou que a queda real de 0,02% da arrecadação total no mês não tem muito a sinalizar. “Não tem muita diferença [queda 0,02% da arrecadação total], não tem muita coisa para sinalizar”, frisou.

O coordenador de previsão de análise da Receita, Marcelo de Mello Gomide, complementou que a estimativa de crescimento real das administradas se mantém entre 1,5% a 2% neste ano, número que vem sendo divulgado desde o início do ano. Segundo ele, mesmo com a retomada da economia que está sendo verificada neste fim de ano, a melhora não será suficiente para alterar a trajetória estimada para o aumento da receita tributária.

De janeiro a outubro, a arrecadação total somou R\$ 1,264 trilhão, um aumento real de 1,92% na comparação com o mesmo período de 2018, o melhor resultado para o acumulado de janeiro a outubro desde 2014 (considerando preços de outubro).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Gabriel Vasconcelos — Do Rio

Título: Custo do querosene de aviação entra na mira do Estado

Medidas para atrair companhias aéreas de baixo custo para o Brasil, privatização de portos e investimentos em ferrovias são alguns dos projetos em desenvolvimento no Ministério da Infraestrutura. Em palestra ontem em evento promovido pela Fundação Getúlio Vargas, o secretário-executivo do ministério, Marcelo Sampaio Filho ressaltou que a atração de empresas aéreas “low cost” acontecerá pela redução de custos em tarifas e no querosene de aviação (QAV).

Os planos passam por combater o monopólio e extinguir a Taxa de Embarque Internacional (TEI). “Um de nossos objetivos é combater o monopólio do querosene de aviação, cadeia controlada pela Petrobras. Combustível representa mais de 30% do custo do setor.”

Ele explicou que o governo vai arrendar terminais de armazenamento de querosene de aviação nos portos para atrair importadores e distribuidores e gerar concorrência à Petrobras. O primeiro arrendamento em estudo envolve metade do terminal do Porto de Santos, sob controle da Petrobras, e deve acontecer em 2020.

“Vamos iniciar o processo para dividir esse terminal [de Santos] em dois e fazer o arrendamento de uma das partes. Santos vai ser o primeiro, mas temos estimulado também o Porto de Itaquí [MA], outro hub importante”, afirmou.

Esse arrendamento deve ser feito por meio de leilão a ser qualificado junto ao Programa de Parcerias e Investimentos do governo federal. De acordo com Sampaio, os contratos entre os portos e a Petrobras são antigos, com prazos vencidos, o que facilitaria o trâmite. Além do arrendamento de terminais a importadores, o governo quer expandir a malha de dutos para querosene de aviação.

Sobre a TEI, Sampaio falou que seu término, “se não acontecer em 2020, virá em 2021”. Segundo o secretário, técnicos da pasta articulam junto ao Ministério da Economia para incluir, no projeto de lei orçamentária em tramitação no Congresso, a extinção da TEI. Há resistência na equipe econômica, pois haverá perda de receita.

De acordo com Sampaio, a TEI em voos para o mundo todo garante R\$ 734 milhões anuais. Se considerados só voos para a América Latina, são R\$ 240 milhões. Uma alternativa é escalonar essa renúncia, acabando com a TEI para os países da região em 2020 e para todo o mundo a partir de 2021. Hoje a TEI custa US\$ 18 sobre qualquer passagem internacional.

Sampaio falou ainda que espera que a privatização do Porto de Santos “arraste” as vendas dos ativos das outras companhias Docas no país. Sampaio disse que os estudos sobre a privatização do maior porto do país, a cargo do BNDES, serão entregues em 2020 e que a privatização deve sair, “possivelmente”, em 2021. Segundo Sampaio, o primeiro porto privatizado será o de Vitória, Santos ficará mais para frente e depois as oito companhias Docas do país serão vendidas.

Sampaio também ressaltou que o projeto de concessão do primeiro tramo da Ferrovia Oeste-Leste será entregue no primeiro semestre de 2020. Ele disse ainda que o governo espera o avanço do projeto de lei que retoma o formato de autorização de construção de ferrovias pelo setor privado. “Com modelo de autorização, teremos o boom ferroviário tão esperado.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/11/2019

Seção: Opinião

Autor: Edvaldo Santana

Título: Subsídios, um deboche

Os subsídios embriagam, viciam. É emblemático um comentário da eficaz ministra da Agricultura, Tereza Cristina. Quando confrontada com a

possibilidade de redução das subvenções do setor elétrico para produtores rurais, argumentou que o desmame, com trocadilho, não podia ser assim tão rápido.

O setor elétrico, a propósito, é um caso alarmante. 55% da tarifa correspondem a impostos, contribuições e encargos. Paga-se mais para falsear os custos que para gerar, transmitir e distribuir. E nesse percentual anômalo não estão os R\$ 30 bilhões de subsídios cruzados, como o risco hidrológico, energia de reserva e, agora, a geração distribuída. Os subsídios são uma presa fácil. Estimular uma bancada parlamentar é a estratégia padrão para criar, manter ou ampliar seu butim. Intimidar o regulador é um método também utilizado.

A energia solar seguirá como das poucas opções para reduzir as tarifas em médio prazo, basta fazer a coisa certa

Na metáfora de Richard Dawkins, em “O Gene Egoísta”, o subsídio é o gene que dá as cartas, que se perpetua, que é hereditário e contamina. Da geração à transmissão e à distribuição, chegando ao consumidor, não há um só segmento que não abocanhe seu naco, seu quinhão. Há até subsídios para combustíveis fósseis e para nuclear. E eles interagem entre si, se associam, e fingem lutar para alterar o ambiente, mas, no fundo, como são egoístas, querem mesmo é promover a propagação do gene, isto é, dos subsídios. Quebrar essa sequência genética, ou desintoxicar os organismos, é tarefa muito difícil, que o diga a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O episódio recente da geração distribuída (GD) sintetiza essa dificuldade. A virulenta reação teve como símbolo a criação do mito da taxaço do Sol, uma cortina de fumaça, um corta-luz (do Sol), um deboche. A GD, como destaquei aqui no **Valor** em 8 de julho deste ano, transformou o setor elétrico mundial nos últimos 10 anos. Deu maior protagonismo aos consumidores, que podem usar a energia por ele mesmo gerada.

Mas os detalhes interessam. Mesmo que instale painéis fotovoltaicos no teto de sua casa, o usuário precisa da rede de distribuição, exceto se possuir baterias, dispositivos ainda muito caros. A rede é essencial para o recebimento de energia quando não há Sol e para injetar os excedentes de geração. Alguns usuários preferem construir sua usina em local distante do ponto do consumo, caso em que necessitará da rede até para consumir a energia que produziu. Em outras palavras, ele é 100% dependente da rede.

A pergunta é: esses consumidores devem pagar o uso da rede? A Aneel acha que sim, e eu também. Em 2012, quando foi aprovada a Resolução 482, era quase nulo o uso da GD, sobretudo pelos pequenos consumidores, embora já fosse dominada a tecnologia de geração pela fonte solar. Os custos eram

elevados, por isto foi determinante a definição do subsídio, como foi para todas as renováveis, que pagam a rede com 50% de desconto.

Na época, votei, com ênfase, pela aprovação da matéria. E fiz questão de afirmar que, durante 7 anos como diretor, aquela era uma das normas mais importantes da Agência. Primeiro porque não dependeu de decretos ou leis, sendo iniciativa do seu corpo técnico. Segundo, pelo seu objetivo, que seguia o estado-da-arte em termos dos benefícios para o meio ambiente e introduzia o Brasil em seletos grupo de países que estavam a reduzir as tarifas por meio da GD. E terceiro porque prestigiava o consumidor, dando-lhe liberdade de escolha.

Os efeitos foram primorosos. Em outubro de 2019 o Brasil já tinha 1,4 GW de potência instalada e deve passar de 2 GW até o final do ano. É energia suficiente para o consumo do Acre e Rondônia juntos. O uso da GD tem evoluído a taxas crescentes. Em 2025, logo ali, a capacidade instalada superará 17 GW, bem mais do que existe hoje de eólicas, que devem ser ultrapassadas em 2040.

A pujança de empresários, que apostaram na minigeração distribuída, e a iniciativa das famílias, que investiram valores não desprezíveis na autoprodução, estimulados pelas subvenções tarifárias, foram determinantes, disso não tenho dúvida. A Aneel não pode desprezar esse pioneirismo, de maiores riscos e custos de quem abriu o caminho e, com o crescimento da demanda, proporcionou a trajetória virtuosa de redução dos custos dos equipamentos. Há uma proposta em consulta pública, que pode ser aprimorada.

Ocorre que os subsídios acumulados entre 2020 e 2025 serão de quase R\$ 12 bilhões e chegarão a R\$ 55 bilhões em 2035. Isto é quase R\$ 4 bilhões/ano, ou cerca de 2,5 % de aumento de tarifas, ano após ano. Vejam que interessante: entre 2005 e 2018 o preço dos painéis fotovoltaicos caiu de € 58 para € 12/MWh, sendo de 45% a redução entre 2014 e 2018. Os últimos leilões realizados refletem esse ciclo de decréscimos de custos. A energia solar chegou a ser adquirida por menos de R\$ 100/MWh, ou seja, menos de € 20/MWh, contra mais R\$ 200/MWh das hidrelétricas, por exemplo.

Do outro lado, os custos da energia solar na modalidade GD, em 2018, era de cerca de R\$ 330/MWh, dados os subsídios, e crescentes, o que a prejudica, pelo menos no formato atual. O somatório dos custos, no horizonte estudado pela Aneel, é bem maior que os benefícios, e é insano debochar da racionalidade econômica.

Não há outro caminho para o regulador. A Aneel não pode zombar dos subsídios, mesmo que sejam levados em conta os virtuosos benefícios da GD, como a redução de perdas, postergação de investimentos em geração e

transmissão, além dos nobres efeitos para o meio ambiente e dinamismo tecnológico. Na prática, mantido o arranjo atual, apenas um subconjunto de consumidores tiraria proveito do ciclo de custos decrescentes da energia solar, só que patrocinados pelos demais, e a custos desproporcionais e crescentes, um agravante. E não falo aqui de isonomia. Reconheço que há distinção entre quem só consome e quem investiu para consumir e beneficiar o sistema como um todo.

Ao contrário do que ecoam os que defendem a perpetuação do gene, um típico deboche com quem paga os subsídios, a mudança em discussão não tem o condão de desacelerar o processo de expansão via fonte solar. Tampouco reduz os benefícios ambientais e o dinamismo tecnológico. Apenas os investimentos acontecerão na alternativa de muito menor custo, os leilões. Assim, a energia solar, afirmo, seguirá como das poucas opções para reduzir as tarifas em médio prazo, basta fazer a coisa certa.

Em 20 de novembro de 2012, no meu primeiro artigo no **Valor**, detalhei os erros da MP 579 e porque ela não daria certo. Todos sabem o resultado. Mantido o atual formato de subsídios à GD, o erro a ser cometido, em seus impactos sobre as tarifas, seguirá o mesmo figurino da MP, de desvirtuar os custos. É como se de uma saborosa limonada (a GD solar) fizéssemos um limão travoso, fruto de quem debocha dos subsídios.

Edvaldo Santana é ex-diretor da Aneel, prof. titular da UFSC e vice-presidente de Novos Negócios da Electra Energy

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: Caiado defende rescisão do contrato da Enel

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), aderiu à ofensiva da Assembleia Legislativa do Estado contra a distribuidora Enel Goiás (ex-Celg D). Em entrevista ao **Valor**, ele assegurou que, se for aprovado o projeto de lei, assinará imediatamente a sua sanção em ato simbólico em frente à sede da companhia, em Goiânia. O projeto, que está para ser aprovado pela Assembleia Legislativa, propõe a rescisão do contrato de concessão e a encampação do serviço público de distribuição pelo Estado.

“Se o projeto chegar, eu vou sancionar. A sanção será na porta da Enel. E vou receber todos os goianos que vierem trazer os prejuízos que sofreram e não foram ressarcidos desde 2017 até agora”, afirmou o governador.

Caiado admite que o governo federal recebeu a atribuição de cuidar das concessões do setor, mas o Estado pode intervir diante do estado de “calamidade pública”. “Existe o direito concorrente dos Estados. A Constituição nos garante isso. Então, eu, como governador, e Assembleia Legislativa não temos que esperar o que a Enel vai decidir a partir de agora.”

O governador disse que mantém o governo federal informado sobre a situação da Enel Goiás. O assunto já foi tratado com o próprio presidente da República, Jair Bolsonaro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e até ao secretário de Desestatização, Salim Mattar, responsável pelas privatizações no âmbito federal.

Diferentes setores, disse Caiado, sofrem com falta constante de energia. “Temos frigoríficos que não conseguem, no congelamento da carne, o nível exigido pela União Europeia. Goiás é um dos grandes produtores de frango e recentemente um produtor, depois de ficar 16 horas sem energia elétrica, viu o seu gerador pegar fogo e até chegar o gerador que ela alugou morreram 46 mil aves”, disse. Caiado argumenta que indústrias estão deixando de se instalar no Estado por que a distribuidora não consegue atender a novas demandas.

Segundo o governador, os executivos da companhia, após assinarem o termo de compromisso, negaram-se a tratar com o governo estadual sobre as situações mais graves no fornecimento de energia. Caiado argumenta que a empresa “virou as costas”, apostando na boa relação com os “padrinhos no cenário nacional”. “Se eles tinham alguns acordos subterrâneos, não republicados com o outro governo, pela forma como entraram no leilão da Celg, agora as coisas são diferentes”, disse o governador em referência à gestão anterior do seu adversário, o ex-governador Marconi Perillo (PSDB).

O projeto de lei prevê que a distribuidora voltaria para as mãos do governo estadual. A operação seria assumida pela Celg-GT, pequena companhia que atua nos segmentos de transmissão e geração de energia.

Questionado se o governo de Goiás teria folga no orçamento para assumir os investimentos e eventual indenização ao grupo italiano, Caiado disse que o processo de escolha de novo dono ocorreria de maneira muito rápida.

“A Celg-GT pode assumir imediatamente e, no primeiro momento, abrir uma nova licitação para que uma nova empresa venha gerir de forma correta a Celg-D, atendendo o povo goiano e trazendo uma energia de qualidade”, afirmou. O governador não deixa passar a oportunidade de usar a privatização da antiga Celg-D para criticar a gestão de Perilo.

“Sabemos que, infelizmente, a origem da privatização vem de corrupção em Goiás, na época em que foi transferida para a Eletrobras”, afirmou. “Depois, o Estado teve que assumir dívidas de R\$ 5,5 bilhões para entregar a Celg enxuta e ainda aprovar um projeto de lei para garantir que a Enel tenha o benefício com o ressarcimento do Estado, nos próximos 29 anos, sobre todas as decisões judiciais e trabalhistas.”

A Enel Distribuição Goiás reafirmou que “o serviço de distribuição de energia elétrica é concedido pelo Governo Federal, por meio do Ministério de Minas Energia e que, portanto, qualquer medida relacionada à concessão é competência privativa da União, nos termos da Constituição Federal”. Em seu posicionamento, a Enel reforçou que, “quando assumiu a Celg D, em fevereiro de 2017, herdou uma rede elétrica em situação precária, após dez anos de falta de investimentos da gestão estatal”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Kana Inagaki e Anjli Raval — Financial Times, Tóquio e Londres

Título: Mitsubishi vence disputa com a Shell e compra a concessionária holandesa Eneco por € 4,1 bilhões

Um consórcio encabeçado pela Mitsubishi acertou o pagamento de € 4,1 bilhões pela concessionária de energia holandesa Eneco, em uma transação toda em dinheiro que superou as ofertas rivais da Royal Dutch Shell e do grupo de private equity KKR.

A privatização da Eneco, uma das maiores fornecedoras de gás natural e eletricidade da Holanda, despertou amplo interesse por causa de seu foco em projetos de energia com baixo teor de carbono e sua gama de serviços para uso doméstico, de termostatos inteligentes a dispositivos de carregamento de carros elétricos.

Sob pressão de investidores e ativistas para reformular os negócios de forma a se adequar a um mundo em transição para o uso de combustíveis mais limpos,

as empresas de petróleo têm procurado investir em novos empreendimentos capazes de funcionar junto com suas operações tradicionais.

A aquisição ainda precisa ser aprovada pelos 44 acionistas municipais da Eneco. Se passar, dará à maior empresa comercial do Japão uma participação de 80% no grupo holandês - sua parceira Chubu Electric Power ficará com os 20% restantes.

A compra da Eneco permitirá à Mitsubishi expandir seu know-how em energia renovável e sua presença na Europa, a partir de uma transação feita em fevereiro para adquirir, por 216 milhões de libras, uma participação de 20% na Ovo Energy, a concessionária de eletricidade do Reino Unido que tem crescido rapidamente.

“A Eneco se encaixa perfeitamente em nossas operações de energia atuais e nos fornece uma plataforma para crescer ainda mais no mercado europeu, no qual pretendemos ter uma posição de liderança na transição energética”, disse Takehiko Kakiuchi, executivo-chefe da Mitsubishi.

A Eneco informou que o “preço e a certeza quanto à transação” foram os fatores que levaram à escolha da Mitsubishi. Seus novos acionistas, com os quais já trabalharam no passado, “endossam” sua estratégia corporativa e vão proporcionar poder financeiro adicional para investir em projetos de energia sustentável.

A Mitsubishi fará um empréstimo de € 1 bilhão à Eneco, que poderá usá-lo a seu critério para financiar investimentos de longo prazo. Após a aquisição, o executivo-chefe da Eneco, Ruud Sondag, se demitirá do cargo e um novo diretor holandês será nomeado.

“A Eneco permanecerá intacta como uma empresa de energia holandesa integrada e independente”, disse Sondag. “Receberemos amplas oportunidades de expansão dentro e fora da Europa.”

Em um comunicado divulgado ontem, a Shell declarou estar decepcionada por ter perdido a disputa, mas enfatizou que continuaria a investir para aumentar a presença em geração de gás e eletricidade a partir de fontes renováveis.

Depois que a transação for concluída, a Mitsubishi também vai transferir mais de 400 megawatts de suas operações de energia eólica marítima para a Eneco, que é sua parceira em projetos de energia renovável desde 2012.

Empresas japonesas com dinheiro em caixa têm buscado ativos no exterior para crescer fora de seu mercado interno, hoje em declínio. Pouco antes do anúncio

da transação da Eneco, a Asahi Kasei informou oferta de US\$ 1,3 bilhão por 80% na farmacêutica dinamarquesa Veloxis.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	26/11/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Os preços do minério de ferro iniciaram a semana em alta no mercado transoceânico, marcando a oitava sessão consecutiva de valorização, e recuperaram o nível dos US\$ 90 por tonelada. O otimismo em relação a um potencial avanço nas conversas entre Estados Unidos e China, em busca de um acordo comercial, explicam o desempenho da commodity. De acordo com a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com 62% de pureza no porto de Qingdao fechou a segunda-feira negociado a US\$ 90,92 a tonelada, alta de 3,22% ante sexta-feira. É o preço mais alto em pouco mais de um mês. Com esse desempenho, em novembro, o minério acumula ganhos de 5,8%. Em 2019, a valorização chega a 25%. Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos com entrega em janeiro registrou ganho de 21,50 yuans, para 665,50 yuans por tonelada.

Consumo da Energisa

O consumo consolidado de energia da Energisa, considerando os mercados cativo e livre, cresceu 2,7% em outubro na comparação com o mesmo mês de 2018, para 3.147,1 gigawatt-hora (GWh). Ao considerar só o mercado cativo, o consumo avançou 2,1%, para 2.621,0 GWh, enquanto no mercado livre o crescimento foi de 5,6%. Segundo a Energisa, as classes residencial, rural e comercial foram os principais responsáveis pelo desempenho, com crescimento de 5,2%, 6,8% e 3,1%, respectivamente. Acrescentando o fornecimento não faturado, o volume avança 2,8%.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	26/11/2019
Seção:	Empresas
Autor:	Luísa Martins — De Brasília
Título:	TST manda suspender repasses de verbas da Petrobras para a FUP

A decisão foi em razão do descumprimento da determinação para que os petroleiros não entrassem em greve

O ministro Ives Gandra Martins, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), autorizou a Petrobras a suspender os repasses mensais de verbas à Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a 13 sindicatos da categoria.

A decisão foi em razão do descumprimento da determinação, assinada por Gandra no sábado, para que os petroleiros não entrassem em greve. Mesmo após a proibição, diversas unidades operacionais não funcionaram adequadamente ontem - houve atrasos e cortes na rendição dos turnos, segundo a própria FUP.

Além da suspensão dos repasses, o ministro mandou bloquear as contas das entidades sindicais no limite de R\$ 2 milhões, a cada dia de prosseguimento da greve.

A Federação tem afirmado que a greve continua pelo menos até sexta-feira para “denunciar os efeitos nefastos do desmonte” da Petrobras - sem, contudo, “comprometer as necessidades essenciais da população, pois não afeta o abastecimento de combustíveis”. Petroleiros da Refinaria Duque de Caxias (Reduc) participaram de campanha de doação de sangue no centro do Rio de Janeiro.

Gandra considerou o movimento abusivo, uma vez que foi anunciado dez dias depois da assinatura de acordo coletivo entre os petroleiros e a vice-presidência da Corte trabalhista. A FUP chegou a publicar em seu site, durante o fim de semana, que a paralisação seria concretizada a despeito da ordem do TST.

Para o ministro, isso “reforça a convicção da abusividade do movimento, uma vez que a greve não é um direito absoluto, estando sujeita aos limites da lei”.

A FUP afirma que as cláusulas do acordo já estavam sendo descumpridas pela estatal, no que se refere à proposta de programas de demissão incentivada e de transferências em massa sem negociação prévia com os sindicatos. Alega ainda que o uso de indicadores de segurança como critério para pagamento de bônus também fere o acordo.

A petroleira estatal e os sindicatos ligados à FUP assinaram acordo coletivo no dia 4 de novembro, após meses de impasse que culminaram com mediação do TST - processo que chegou a ser acompanhado de perto pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Após a liminar de Gandra no sábado, a categoria reclamou que o valor da multa excede “superlativamente” o valor que tem sido fixado para outras paralisações semelhantes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro — De São Paulo

Título: Após se reestruturar, Gerdau investe em inovação e negócios

Após vender ativos de baixa rentabilidade, recheando o caixa em R\$ 7,4 bilhões, baixar a dívida para um patamar saudável e depois de promover mudança na governança corporativa, com a saída inédita da família da gestão do dia a dia do grupo, a Gerdau se debruçou na elaboração de seu plano futuro de negócios. O “Projeto Gerdau” que apontará as diretrizes dos próximos 15 anos, deverá ser lançado em fevereiro.

O plano mostrará os rumos da companhia dentro de um foco de atuação nas Américas, com seu portfólio de ativos selecionado. Algumas decisões começam a ser implementadas e a ganhar corpo, disse ao **Valor** o presidente de um dos maiores produtores de aços longos da região, Gustavo Werneck.

Prata da casa, o executivo assumiu o comando do grupo em janeiro de 2018, substituindo André Gerdau Johannpeter, que estava no cargo desde o início de 2007, após substituir seu pai, Jorge.

“Fizemos o dever de casa, com ajuste dos nossos negócios, desde 2014, e nos últimos anos investimentos forte na transformação digital das nossas operações. Já estamos colhendo os frutos no ataque às ineficiências, mas há ainda cinco anos de ganhos pela frente”, afirmou Werneck..

Os novos passos vão abarcar desde a construtiva até inovação, com novas aplicações na indústria automobilística (eletrificação de carros), a construção civil e segmentos de geração de energia.

Um dos destaques dos novos modelos de negócios é projeto de grafeno, um produto em fase final de desenvolvimento com a universidade inglesa de Manchester. Alvo: um produto para aço que será usado no futuro em automóveis e nos vergalhões da construção civil, que será aplicado para evitar corrosão de material em ambientes agressivos.

Para isso, a empresa abriu neste ano um escritório em Manchester e lá tem engenheiros trabalhando com pesquisadores no Centro de Inovação e

Engenharia do Grafeno da universidade. Oriundo do mineral grafite, o grafeno será oferecido na forma líquida, para banhar o aço. A previsão é ter aplicações desenvolvidas e patenteadas em 2020.

“É uma aposta de longo prazo, em inovações mais disruptivas, para geração de novas receitas para a companhia, que tem 118 anos e planeja durar mais outros cem anos”, afirma Werneck.

Atualmente, a Gerdau já investe, no Brasil e EUA, em aços mais limpos, leves e mais resistentes para as montadoras. São novos tipos de aços especiais que vão se contrapor ao peso da bateria nos automóveis elétricos. Vão para a fabricação de componentes de transmissão, motorização e suspensão dos carros. As ligas são obtidas com uso da nanotecnologia.

Nesse projeto, nas usinas de Pindamonhangaba (SP) e Monroe, EUA, a Gerdau está investindo quase R\$ 800 milhões. O material - 560 mil toneladas adicionais - começa a ser entregue ao mercado em 2021. “Em 2030, cerca de 30% dos veículos no mundo já serão elétricos e/ou híbridos”, diz o executivo. Desenvolver esse produto está em sintonia com os planos de montadoras de automóveis, do país e exterior, afirma.

Em uma integração maior com a construção civil, grande consumidor de aço, a Gerdau criou há pouco tempo a G2Base, empresa voltada para atividades de fundações em empreendimentos. “Além do perfil metálico vendido para a construtora, agora vamos vender o serviço de fundação da obra”, diz Werneck. Sediada em São Paulo, a G2Base terá equipe própria.

Buscando aproveitar outro expertise adquirido nos últimos dois anos em operações próprias, o grupo montou a G2L - especializada em logística digital. O negócio está embasado em uma plataforma digital para contratar fretes mais competitivos e oferecer a seus clientes e parceiros. A G2L, com 40 funcionários, está localizada em Barueri, na região metropolitana de São Paulo.

Com o movimento de reestruturação dos negócios desde 2014, a companhia saiu do conceito de alta escala de produção de aço para um portfólio mais enxuto, valor agregado e maior rentabilidade. Há poucos anos surgiu a Gerdau Summit, também em Pindamonhangaba, em parceria com dois grupos japoneses - Sumitomo Corp. e JSW. A Gerdau tem 58,7% do capital da GS.

A joint venture visou o mercado de equipamentos para geração de energia eólica - aço especial para o eixo principal e anéis dos aerogeradores. “Antes, fornecíamos o vergalhão para a fundação e a chapa para a torre; agora, entregamos também os anéis e os rolamentos da instalação”.

“São exemplos de novas frentes de receita que estamos acelerando na Gerdau”, destaca o presidente. Não há, porém, uma meta definida de quanto vai somar ao atual faturamento da empresa - R\$ 46 bilhões no ano passado.

Nos ganhos com a eliminação de ineficiências dos atuais negócios, Werneck destaca o papel do programa de digitalização de todas as operações - da mineração à produção do vergalhão e logística. “Em mais cinco anos, podemos obter aumento de 15% a 20% do Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), de R\$ 6,7 bilhões em 2018. É muito dinheiro”, diz o executivo.

Outra iniciativa que aponta foi parceria com Votorantim Cimentos e Tigre na plataforma digital de varejo de materiais de construção, lançada no ano passado - a Juntos Somos +. Segundo Werneck, 10% das vendas da empresa no varejo já é por meio desse canal.

Nos novos tempos da Gerdau, está definido que toda e qualquer decisão de investimento e/ou aquisição de ativo terá de passar pelo crivo da alavancagem financeira: a política é de 1,5 vez a relação entre dívida líquida e Ebtida. Após sair de vários ativos em muitos países, a companhia lançou no início deste ano um plano de investir R\$ 7,1 bilhões até 2021 - desse montante, R\$ 2,4 bilhões serão em expansão tecnológica e modernização.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/11/2019

Seção: Economia

Autor: Beatriz Bulla Ricardo Leopoldo / Washington

Título: Guedes sugere que demitiria se Petrobrás fosse privada

O ministro da Economia, Paulo Guedes, sugeriu que demitiria os grevistas da Petrobrás se a estatal fosse uma empresa privada comandada por ele. “Você tem excelentes salários (na Petrobrás), bons benefícios, você tem quase estabilidade de emprego e tenta usar o poder político para tentar extrair aumento de salário no momento em que há desemprego em massa? Se fosse uma empresa privada e eu fosse o presidente de uma empresa privada, eu sei o que eu faria”, afirmou o ministro.

“Cheio de gente procurando emprego e tem gente que fica fazendo greve?”, questionou Guedes, em entrevista coletiva ontem em Washington.

O ministro disse que o governo não estuda a privatização da Petrobrás nem articula demissões dos grevistas, mas que o posicionamento sobre a situação atual dos petroleiros é a sua “reação natural”.

“O que eu sei é que a Petrobrás foi destruída e eles (petroleiros) estavam

trabalhando lá, deveriam ter evitado a destruição da Petrobrás. Tomara que eles tenham ficado bem alertas nesse tempo todo para merecer o aumento (salarial)”, disse o ministro da Economia.

Após intervenção de um repórter afirmando que os grevistas não são os integrantes da direção da empresa - que tomaram medidas decisórias na época do escândalo de corrupção

que atingiu a Petrobrás -, o ministro seguiu: “Por que não houve uma greve na época para parar o assalto na Petrobrás? Petroleiros deveriam estar celebrando a recuperação financeira da empresa. Quando ela estava quebrada, ninguém pediu para abaixar o salário, né?”

Guedes participou ontem, em Washington, do Fórum de Altos Executivos Brasil-EUA. A reunião de 20 executivos de empresas que atuam nos dois países foi retomada depois do encontro do presidente Jair Bolsonaro com Donald Trump, em março, e tem como objetivo identificar pontos em que os dois países podem facilitar comércio e investimentos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/11/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / Rio

Título: Petroleiros param e ministro do TST fala em ‘afronta’

Pelo menos sete refinarias paralisaram atividades e Justiça impõe multa diária de R\$ 2 milhões por unidade; Petrobrás não comenta

Contrariando determinação do Tribunal Superior do Trabalho (TST) da última sexta-feira, empregados da Petrobrás, liderados pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), cruzaram os braços em greve ontem, movimento programado para se estender até sexta-feira. Em represália, a empresa recorreu novamente à Justiça. Dessa vez, pedindo que o tribunal imponha multas ainda mais elevadas e punições mais rígidas, reivindicação acatada pelo ministro Ives Gandra, que classificou a paralisação como “afronta”.

Apesar da imposição de penalidades mais duras, os sindicalistas se reuniram no início da noite, logo após divulgação da decisão judicial, e decidiram em videoconferência manter a greve. Eles protestam contra a venda de ativos, as demissões em massa e o alinhamento dos preços de venda da gasolina e do óleo diesel aos das commodities negociadas em Londres, em dólar.

A FUP argumenta que vem apresentando sua reivindicação há anos, mas a interpretação do TST é que a federação não poderia ter iniciado o movimento

após 18 dias da assinatura do acordo coletivo. “A gente fala e a Petrobrás não ouve. Já que ela não quer ouvir, a arma que nós temos é a mobilização”, disse o coordenador da federação, José Maria Rangel, em vídeo divulgado aos trabalhadores.

Ontem, Gandra determinou a suspensão das mensalidades pagas pelos empregados para sustentar os sindicatos até que seja alcançado o valor das multas. Determinou também o bloqueio de R\$ 2 milhões das contas dos 13 sindicatos envolvidos na greve e da FUP. A última vez que a Justiça autorizou um bloqueio desse tipo foi na greve de 1999, a única em que houve desabastecimento de combustível. Na paralisação desta semana, no entanto, os sindicatos deram a palavra que o atendimento à população estaria garantido.

Paralisação. A estatal reconhece paralisações em sete refinarias - Recap (SP), Reduc (RJ), Refap (RS), Reman (AM), Replan (SP), Rlam (BA) e Rnest(-PE) -, na Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), no Paraná, e em plataformas da Bacia de Campos, no Rio de Janeiro. Cada uma dessas unidades vai gerar multa diária de R\$ 2 milhões aos grevistas, segundo a determinação do tribunal de ontem. Na última sexta-feira, a liminar do TST tinha definido o mesmo valor para cada dia de greve, independentemente do número de unidades atingidas.

O diretor de Relações Institucionais da FUP, Deyvid Bacelar, chamou de “arbitrária” a decisão do ministro e disse que a federação vai reagir à decisão.

Procurada, a Petrobrás não se posicionou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/11/2019

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues / Brasília

Título: Royalties caem e derrubam arrecadação

A receita com royalties puxou para baixo a arrecadação de impostos e contribuições, que teve uma queda real (descontada a inflação) de 0,02% em outubro, na comparação com o mesmo mês do ano passado. A Receita Federal informou ontem que o total arrecadado no mês passado ficou em R\$ 135,202 bilhões.

A redução em outubro foi o pior resultado, contra o mesmo mês do ano anterior, desde março deste ano (queda real de 0,58% ante março de 2018). Em setembro e agosto, por exemplo, a alta real foi 0,06% e de 5,67%, nessa comparação.

Segundo informações da Receita Federal, a queda da arrecadação, no mês passado, foi influenciada pela redução de receitas com royalties do petróleo - que caíram 15,44% em termos reais diante do mesmo mês de 2018. A queda foi de cerca de R\$ 1,5 bilhão.

No acumulado dos dez primeiros meses deste ano, a arrecadação somou R\$ 1,264 trilhão, com aumento real de 1,92% ante o mesmo período do ano passado. Trata-se do melhor resultado para esse período desde 2014.

Segundo a Receita Federal, parte do crescimento da arrecadação no acumulado deste ano ainda está relacionada ao resultado de 2018, pois as empresas recolheram esses valores no primeiro trimestre de 2019. “O que determinou o resultado da arrecadação federal como um todo estar estável em outubro foi o resultado das receitas não administradas. A arrecadação das receitas administradas estão em linha com a recuperação da economia”, afirmou o chefe do Centro de Estudos Tributários da Receita Federal, Claudemir Malaquias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/11/2019

Seção: Metrópole

Autor: Bruno Luiz / SALVADOR ESPECIAL PARA O ESTADO

Título: Após óleo, praia perde até 66% de animais

Quantidade de polvos e lagostas vai de 446 para 151 na BA; corais são os mais afetados

Um estudo feito pelo Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) apontou redução de quase 66% no número de invertebrados bentônicos vivos (como corais, moluscos, crustáceos, polvos e lagostas) em quatro praias do litoral do Bahia, após o derramamento de óleo na costa, neste segundo semestre. Os corais foram as espécies mais afetadas até agora. Os dados do trabalho foram apresentados ontem. Os pesquisadores compararam as informações de abril e de outubro de quatro praias (Forte, Itacimirim, Guarajuba e Abaí), em uma área de 140 metros quadrados. A quantidade média de indivíduos caiu de 446 para 151. Ainda conforme a pesquisa, houve queda no número de espécies – de 88 para 47.

Branqueamento. As espécies mais afetadas foram os corais, que branquearam mais do que o normal. Desde 1995, quando o instituto da UFBA começou a acompanhar os recifes nas quatro praias, a taxa anual de branqueamento ficava entre 5% e 6%. Agora, o percentual aumentou para 51,92%. A cor dos corais é

um fator para atestar a saúde dos invertebrados. O branqueamento pode levar à morte ou enfraquecer a estrutura reprodutiva das espécies.

O fenômeno pode aumentar, em condições naturais, se houver crescimento na temperatura da água ou aumento na incidência de radiação solar sobre os corais. Como não foi detectada nenhuma mudança considerável nesses fatores, a presença do óleo foi apontada como explicação para o fenômeno. A possível perda de biodiversidade terá impacto na cadeia alimentar, segundo Francisco Kelmo, coordenador do estudo. “Esses números indicam que houve perda de patrimônio natural, redução no número de animais, na diversidade e aumento das doenças/mortalidade nos corais. Assim, compromete a cadeia alimentar, causa desequilíbrio”, aponta o estudo.

Um dos ingredientes para a situação é o fato de que o óleo chegou às praias no início de outubro, justamente no período reprodutivo dos animais. Entre os tipos perdidos estão crustáceos e moluscos – polvos e lagostas estão no grupo e são os mais pescados e consumidos na região, segundo o professor. Para Kelmo, o ecossistema deve levar de 10 a 20 anos para conseguir se recuperar naturalmente, caso não haja novos desastres. “Esse fantasma do óleo vai nos assustar por muito tempo”, disse.

Consumo. Indagado sobre o perigo de consumo de animais pescados, o professor lembrou que análises recentes feitas pelo governo federal não apontaram riscos de contaminação por ingestão. Mas ponderou que o óleo consumido pelas espécies tem substâncias cancerígenas. Kelmo foi autor de um estudo que mostrou vestígios de óleo nos aparelhos digestivo e respiratório de 50 animais. Procurado para comentar a pesquisa, o Ministério do Meio Ambiente informou que não poderia se posicionar ontem.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/11/2019

Seção: Metrópole

Autor: Pepita Ortega Fausto Macedo

Título: Brumadinho não poderia ter recebido aval, diz PF

Para peritos, reservatório que ruiu em Minas tinha margem de segurança inaceitável

Um laudo da Polícia Federal elaborado por peritos criminais apontou que a empresa TÜV SÜD não poderia ter emitido em setembro de 2018 a Declaração de Condição de Estabilidade para a Barragem I da Mina Córrego do Feijão, da Vale em Brumadinho. As normas técnicas, as boas práticas de engenharia e os critérios internacionais tornavam inaceitáveis os valores de probabilidade anual

de falha, segundo a análise dos peritos. Os dados coletados naquele período já indicavam a insuficiência para a garantia da segurança da estrutura.

A barragem se rompeu quatro meses após a consultoria atestar a sua estabilidade, deixando 254 mortos e 16 desaparecidos, além de um vasto dano ambiental. O laudo integra o inquérito da Polícia Federal que investiga as circunstâncias do rompimento e as responsabilidades pela destruição ambiental e pelas mortes. O delegado Luiz Augusto Pessoa Nogueira encaminhou para a perícia 11 perguntas técnicas sobre o caso. As respostas contidas no laudo auxiliam a PF a entender aspectos técnicos de engenharia do caso.

Os especialistas começam o trabalho ponderando que a barragem, que operou entre 1976 e 2016, sempre esteve sujeita a uma série de fontes de “incertezas”, como as modificações realizadas em sua estrutura e a evolução da forma como o minério foi disposto no local. Desde abril de 2001, a estrutura era administrada pela Vale. Os peritos dizem que, como consequência de uma não emissão da referida Declaração de Condição de Estabilidade, os órgãos competentes poderiam ter sido informados sobre o acionamento do Plano de Emergência para Barragens de Mineração. Ainda que não fosse possível evitar a ruptura, seria suficiente para “reduzir, principalmente, a perda de uma quantidade tão expressiva de vidas humanas, além de reduzir danos materiais e financeiros”, descreveram os peritos.

Diante do que chamaram de uma margem de segurança inaceitável, os analistas da PF também relataram não terem constatado uma ação efetiva dos responsáveis da Vale. O laudo diz que estudos anteriores da companhia e da consultoria já apontavam para o risco de morte de 214 pessoas em caso de rompimento. Outros três laudos tratam dos impactos ambientais da tragédia, analisando aspectos da vegetação terrestre afetada pelo lama da barragem, dos danos causados à fauna terrestre e aquática do local e da poluição ambiental gerada pelos rejeitos de minério de ferro que atingiram a região. Além disso, um outro documento trata dos procedimentos de licenciamento ambiental da Barragem I. Os laudos registram a devastação de vegetação, natural ou plantada, perda de hábitat, a mortandade de animais, os danos à fauna em diversos níveis da cadeia alimentar e no meio ambiente, entre outros.

Estabilidade. A TÜV SÜD disse que não comentaria os laudos, mas reiterou que “continua oferecendo sua total cooperação às autoridades envolvidas na apuração dos fatos”. A Vale disse que o fator de segurança da Barragem B1 foi calculado e atestado por auditoria internacional, após uma série de estudos técnicos sobre a estrutura. “Ainda sobre as condições de estabilidade da barragem, em outubro de 2018, menos de 4 meses antes da ruptura, os maiores especialistas em geotecnia do mundo realizaram uma inspeção de campo na estrutura e, tal qual o corpo técnico da Vale, identificaram comportamento e

características de uma estrutura em condição drenada, reconhecida expressamente como bem cuidada e em processo de melhoria.” /COLABOROU MARCO ANTÔNIO CARVALHO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/11/2019

Seção: Política

Autor: Pepita Ortega

Título: Fachin manda inquérito de Lobão para Curitiba

Relator da Lava Jato no STF alega que ex-ministro perdeu foro; investigação apura irregularidades na usina de Belo Monte

Relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, o ministro Edson Fachin determinou na semana passada que o inquérito que apura suspeita de pagamento de propina pela Camargo Corrêa ao ex-senador e ex-ministro Edison Lobão (MDB-MA) por contratos da usina de Belo Monte seja enviado à 13.^a Vara Federal de Curitiba. O relator acolheu pedidos do Ministério Público Federal e reconheceu que não cabe ao STF julgar o caso, já que Lobão perdeu o foro privilegiado. A investigação é de 2016 e tem como base a delação do ex-diretor da Camargo Corrêa Luiz Carlos Martins. O executivo afirmou que as empreiteiras que participaram do consórcio de construção de Belo Monte teriam estabelecido um “compromisso político” de pagar propinas.

Martins relatou três situações em que Lobão teria recebido vantagens ilícitas: a celebração de contratos sem lastro de R\$ 2,5 milhões com a AP Energy Engenharia e Montagem; a entrega, em espécie, de R\$ 800 mil na casa do ex-ministro em Brasília; e o repasse de R\$ 160 mil a uma empresa a pedido do ex-senador emedebista. Ao considerar os pedidos do Ministério Público pela “incompetência” do STF para apurar os fatos, Fachin afirmou que em Curitiba já tramitam outras investigações sobre delitos na obra de Belo Monte. Brasília. O advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, que defende Lobão, afirmou que “não tem nenhum sentido” o envio do caso para Curitiba. “Quando o inquérito baixar vou fazer uma petição simples dizendo que o TRF-4 entendeu recentemente que tudo que disser respeito a Belo Monte tem que ir para Brasília. Esse caso não seguirá em Curitiba.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/11/2019

Seção: Ilustrada

Autor: Lúcia Guimarães

Título: Trama combina documentário e ficção para falar de Belo Monte

Nova York- No filme “Seqüestrada”, que acaba de estrear em Nova York e Los Angeles, a história da construção da hidrelétrica de Belo Monte costura a trama. O longa combina fato e ficção, no gênero thriller ambiental.

Quando os diretores e roteiristas Sabrina McCormick e Soopum Sohn partiram de Nova York pela primeira vez para Altamira, há três anos, em busca de elenco e locações, não imaginavam que o cenário sombrio denunciado na história — o impacto de Belo Monte sobre as populações indígenas e o ecossistema do rio Xingu — poderia beirar o catastrófico.

Duas reportagens publicadas no dia 8 de novembro pelos jornais El País e The Guardian revelam erros estruturais na hidrelétrica, que ainda não foi concluída. O volume histórico de água do Xingu parece não ter sido levado em conta no planejamento da quarta maior hidrelétrica do mundo e a maior da Amazônia. O resultado é um risco de ruptura.

“Nós não tínhamos conhecimento dos problemas estruturais, mas os índios nos alertavam, não havia volume de água no Xingu para suportar Belo Monte,” diz Sabrina Mc-Cormick. Ela é uma socióloga e professora de meio ambiente e saúde pública da Universidade George Washington, que há dez anos pesquisa o impacto ambiental de hidrelétricas.

“Seqüestrada” é seu primeiro longa. O coreano-americano Soopum Sohn, também responsável pela fotografia, dá aulas de cinema na Universidade Long Island, de Nova York.

O título “Seqüestrada” se refere ao rapto de uma adolescente da tribo arara por traficantes sexuais e é também uma metáfora da separação forçada de populações ribeirinhas de suas terras, seu sustento, sua cultura.

A protagonista do filme é Kamodjara, vivida pela índia Xikrin Kamodjara Xipiade Ferreira, que nunca havia se postado diante de uma câmera. O filme mistura indígenas, moradores de Altamira e atores profissionais, como o americano Tim Blake Nelson (“A Balada de Buster Scruggs”), Gretchen Mol (“Boardwalk Empire”) e o carioca Marcelo Olinto, como um funcionário da Funai.

McCormick lembra condições adversas de filmagem na violenta Altamira e diz que temia hostilidade contra a equipe. Ela descreve a pré-produção e a montagem do roteiro como um processo orgânico, resultado de inúmeras conversas com membros de aldeias indígenas afetadas por Belo Monte. Algumas falas da protagonista são repetições do que os diretores ouviram.

O filme mostra cenas documentais de protestos contra a construção da hidrelétrica. A ex-presidente Dilma Rousseff aparece visitando a obra e a

exaltando sem considerar o impacto ecológico, que já era tema de gritaria internacional.

Gretchen Mol é Grace, executiva da empresa americana que já investiu bilhões em Belo Monte. Tim Blake Nelson é Thomas, despachado para Altamira numa tentativa de influenciar um relatório da Funai que está sendo elaborado por Roberto, papel de Olinto.

Quando o pai de Kamodjara e líder de uma aldeia arara viaja de barco para aderir a um protesto em Altamira, a menina se perde do grupo e é levada à dona de um bordel local.

Roberto é o burocrata santarrão que enfrenta o gringo Thomas, enquanto ignora sua própria participação na remoção dos índios. Ele se vê como protetor de Kamodjara, mas se revela um predador.

McCormick conta que abandonou o formato estrito de documentário na expectativa de ampliar a audiência do filme. “O que se passa na Amazônia está, em parte, abaixo do radar global”, diz. “E a Amazônia é profundamente afetada por forças globais. Por isso achamos que a ficção poderia atingir um público maior.” “Seqüestrada” vai ser exibido numa sessão especial no Congresso em Washington, no dia 9 dezembro. O filme ainda não tem data de estreia no Brasil.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/11/2019

Seção: Economia

Autor: MARCELLO CORRÊA

Título: Queda nos royalties freia arrecadação em outubro

Governo recebeu R\$ 135,2 bilhões, no primeiro recuo frente a mesmo mês de 2018 desde março. Receita vê retomada da atividade

A queda nos repasses de royalties e participações especiais devidos pela exploração de petróleo segurou a alta da arrecadação de impostos em outubro. Segundo dados divulgados ontem pela Receita Federal, o volume arrecadado no mês passado ficou em R\$ 135,2 bilhões, leve queda de 0,02% em relação ao mesmo mês do ano anterior, já considerando a inflação. Foi o primeiro resultado negativo nesse tipo de comparação desde março. De acordo com o relatório mensal, as receitas administradas pelo Fisco registraram alta real frente a outubro de 2018 de 1,47%, para R\$ 125,2 bilhões.

Já as receitas não administradas (royalties do petróleo) recuaram 15,44%, para R\$ 10 bilhões. De acordo com Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos

Tributários e Aduaneiros, a arrecadação, sem os royalties do petróleo, está em linha com uma recuperação da atividade econômica: — O resultado está em linha com a retomada do crescimento. O que determinou esse comportamento foi um decréscimo de mais de 15% nas receitas não administradas, como royalties. A indústria do petróleo remunera o estado por meio de participações, depende do dólar, do volume de produção e do cronograma de pagamento das participações.

Dados preliminares sobre a arrecadação de impostos em outubro haviam sido antecipados na semana passada pelo secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, durante audiência pública na Câmara dos Deputados, mas ele não deu detalhes. De acordo com o Fisco, a arrecadação com Imposto de Renda recolhido de pessoa física foi a que mais cresceu em outubro, frente ao mesmo mês de 2018. A alta real foi de 1,47%, para R\$ 2,9 bilhões, explicada principalmente pelo aumento dos ganhos de brasileiros na Bolsa de Valores, que chegaram a R\$ 318 milhões, alta de 570,5% em relação aos R\$ 47 milhões apurados em outubro de 2018. No acumulado do ano, a arrecadação soma R\$ 1,3 trilhão, alta de 1,9%, já descontada a inflação do período.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: O que a alta do câmbio avisa

Alguma coisa está fora da ordem no mercado cambial. A bolsa sobe, o país aprovou a reforma da Previdência, e há sinais de melhora de atividade. Porém o dólar passou de R\$ 4,20 e bateu novo recorde em termos nominais. Ontem, o Banco Central divulgou que o déficit das contas externas foi de US\$ 7,9 bilhões em outubro. A metodologia foi aperfeiçoada e isso elevou um pouco o déficit em transações correntes, mas o ritmo já era de alta. Está em 3% do PIB nos 12 meses terminados em outubro e foi de 2,67% nos 12 meses até setembro, número já revisto. Há fatores internacionais e outros internos para essa pressão no câmbio. A saída de capitais no país chegou a US\$ 21 bilhões este ano e é a maior em mais de duas décadas.

O Brasil segue a tendência de várias economias emergentes, que estão tendo desvalorização de suas moedas. Mas o real está entre as que mais se desvalorizam. Cai menos que o peso da Argentina que tem baixo nível de reservas e passa por uma transição política, e o peso do Chile que vive uma turbulência social.

A cotação do dólar este ano se divide em dois momentos. Até meados de julho, a moeda americana vinha perdendo força em relação ao real. O câmbio caiu de R\$ 3,88 no dia 31 de dezembro para R\$ 3,72 em 18 de julho. Nesses últimos quatro meses, disparou para R\$ 4,22 e obrigou o Banco Central brasileiro a vender reservas no mercado à vista, algo que não acontecia há mais de 10 anos. A valorização da moeda americana desde 18 de julho é de 13,4%. A do peso chileno, de 16,2%, e a do peso argentino, 40%.

No cenário externo, três eventos foram decisivos. Havia a expectativa de cortes mais agressivos de juros pelo Banco Central americano, mas o Fed vem cortando a taxa em doses mínimas. Isso mudou o valor do dólar no mundo inteiro. A guerra comercial entre os EUA e a China se intensificou a partir de agosto. Além disso, velhos temores voltaram a assombrar a América Latina, com mais intensidade no Chile, na Bolívia e Argentina.

— Pelo lado externo, o que se pode dizer é que aumentou a aversão ao risco, e isso afeta os emergentes de forma geral. A guerra comercial entre as duas maiores economias do mundo pode provocar desaceleração do PIB mundial. E na América Latina, uma instabilidade política que não se via há muito tempo — explicou a economista-chefe do banco Ourinvest, Fernanda Consorte.

Aqui no Brasil, também houve uma série de frustrações. A reforma da Previdência foi aprovada, mas foi criada uma expectativa maior do que o fato. Em julho, quando o dólar atingiu as mínimas dos últimos meses, a aposta era que o Congresso voltaria do recesso e votaria rapidamente a previdência, para dar sequência à agenda. Mas a PEC 06 só foi aprovada no Senado em outubro, e bastante desidratada. Alguns ajustes foram reapresentados na chamada PEC Paralela — como a inclusão dos estados e municípios — mas o texto sofreu modificações e a base governista parece ter abandonado o projeto.

Com a reforma tributária, foi pior. O ex-secretário da Receita Marcos Cintra foi demitido, depois de perder meses estudando um projeto a partir da recriação de um imposto sobre transações financeiras. Agora, o governo fala em enviar uma proposta fatiada, em quatro etapas, e ainda não se sabe como e quando isso vai se encaixar com as duas PECs que tramitam no Congresso. Além disso, três PECs foram apresentadas, congestionando a pauta: PEC Emergencial, do Pacto Federativo e dos Fundos Públicos. Tudo deverá ficar para o ano que vem. A agenda de reformas parece confusa e sem foco.

— Temas políticos afetaram a visão do investidor externo. O presidente Bolsonaro brigou com o próprio partido em menos de um ano, e houve aquelas declarações durante a crise da Amazônia, inclusive contra a primeira-dama da França. O debate da segunda instância pode pôr esse assunto na frente dos temas econômicos — explicou Fernanda.

O resultado do leilão do pré-sal foi a maior evidência desse receio do investidor externo em relação ao Brasil. Com as mudanças feitas pelo BC, os dados de balanço de pagamentos ficaram mais precisos. O déficit em transações já vinha subindo. Pela nova metodologia ficou em 3% negativo, o que é alto para um país que mal entrou em recuperação. E há sempre muitos elementos nas oscilações cambiais do que apenas a economia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/11/2019

Seção: Economia

Autor: SÉRGIO MATSUURA

Título: Turbinado, supercomputador brasileiro volta ao topo

Com investimentos de R\$ 63 milhões, Santos Dumont volta a ser máquina mais poderosa da AL

O supercomputador Santos Dumont acaba de retornar à lista das 500 máquinas mais poderosas do mundo, logo após receber um upgrade que quase quadruplicou seu poder de processamento.

Com a atualização, a máquina do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), em Petrópolis, retoma o posto de maior supercomputador da América Latina e amplia sua atuação em áreas como a produção de petróleo.

Lançado em 2015, o Santos Dumont estreou na 145a. posição da top 500, mas deixou a lista em 2017. No último ranking, divulgado na semana passada, reapareceu na 193a. posição. Agora, a máquina tem 5,1 petaflops, ou seja, é capaz de realizar 5,1 quatrilhões de operações por segundo. Luís Cassuscelli, diretor de Big Data e segurança cibernética da Atos, empresa francesa responsável pela construção da máquina, explica que o novo poder de processamento equivale a 62 mil iPhones 11 ou 20 mil computadores Mac Pro, os mais potentes da Apple.

— Estamos vivendo um aumento exponencial na produção de dados, que precisam ser tratados. Os supercomputadores são ferramentas para isso — diz Cassuscelli.

A máquina foi atualizada com investimentos de R\$ 63 milhões, oriundos de parte da receita da produção de petróleo do Consórcio de Libra, liderado pela Petrobras, no campo de Mero, no pré-sal. A legislação do petróleo determina que 1% da produção seja destinado a projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Com a sua potência computacional, o supercomputador poderá, por exemplo, reduzir de dez a 50 vezes o tempo de processamento sísmico em áreas de

exploração de óleo e gás, reduzindo as incertezas na tomada de decisões. O potencial vai além. Segundo Augusto Gadelha, diretor do LNCC, o computador atua em 118 estudos científicos, incluindo pesquisas sobre zika e dengue, desenvolvimento de fármacos, análise genômica, dinâmica molecular e modelos climáticos.

— Um computador como esse faz uma diferença gigantesca — afirmou o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes.

Apesar da atualização do Santos Dumont, o Brasil ainda tem muito a desenvolver nessa área. Segundo Gadelha, o país contribui com cerca de 1% do poder de processamento no mundo, ocupando a 21-posição no ranking liderado por EUA e China.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/11/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: Pirataria no petróleo

Aos 63 anos, o escocês Ian Roper Taylor tenta vencer um câncer na garganta e se manter na mesa de jogos com petróleo, onde aprendeu a viver perigosamente, como um pirata moderno em aventuras com figuras sombrias, como o iraquiano Saddam, o líbio Kadafi e o sérvio Arkan, responsáveis por alguns dos maiores massacres humanos do século XX.

Negócios no lado oculto do mundo do óleo renderam a Taylor uma das maiores fortunas do Reino Unido, avaliada em US\$ 180 bilhões — superior ao PIB de Minas. Sua biografia remete à de Marc Rich, fundador da Glencore (Rich acabou condenado nos EUA a três séculos de prisão, maior que a pena do ex-governador Sérgio Cabral. Morreu em 2013, na Suíça).

A empresa de Taylor, Vitol, aumentou lucros em cem vezes nos últimos 25 anos, sobretudo na alta das commodities que mudou economias de Brasil, China e Índia e inflou o caixa da Venezuela, do Congo e da Nigéria.

Semana passada, os escritórios suíços da Vitol e das concorrentes Glencore e Trafigura foram invadidos pela polícia. A ordem judicial nasceu em Curitiba, onde se investigam contratos dessas empresas com a Petrobras.

Parte das transações delas com a Petrobras, entre 2004 e 2014, não teve registro e deu prejuízos à estatal. Foi azeitada com subornos a funcionários, intermediários e políticos de PT, MDB, Progressistas (antigo PP) e do PSDB. As

propinas oscilaram de dez centavos até US\$ 2 por barril — mostram os processos da Operação Lava-Jato.

Vitol negociou 14 bilhões de barris, e Taylor sabia de tudo — confessou um dos seus agentes, Carlos Herz. Segundo ele, o fundador da Trafigura Claude Dauphin (morto em 2015) e os executivos Tim Water e Mike Wainwright também pagavam para obter lucros fáceis com a Petrobras.

As investigações avançam em Curitiba, Houston e Genebra. Pela dimensão das empresas envolvidas, é previsível uma reforma nas regras do comércio de commodities. A última resultou na divisão da Glencore, de Marc Rich. Destavez, quem está no centro é a Vitol de Taylor, benfeitor da Royal Opera House, de Londres, e filantropo de pesquisas contra o câncer.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/11/2019

Seção: Sociedade

Autor:

Título: Óleo é encontrado em praias de mais três municípios do Rio

Fragmentos de óleo foram encontrados em mais três municípios do Rio de Janeiro e recolhidos anteontem pela Marinha. As ocorrências foram registradas nas praias de Santa Clara e Guriri, em São Francisco de Itabapoana, e na do Barreto, em Macaé. No Canal das Flechas, em Quissamã, a Defesa Civil local recolheu cerca de dois quilos de petróleo. As informações são do portal G1.

Ainda não há a confirmação pela Marinha de que o material é o mesmo encontrado nas praias atingidas pelo derramamento de óleo no Nordeste e no Espírito Santo. No último sábado, os primeiros fragmentos encontrados no Estado do Rio estavam na cidade de São João da Barra, no Norte Fluminense.

EM AVALIAÇÃO

Segundo a Defesa Civil de Quissamã, o óleo recolhido no Canal das Flechas foi encaminhado para a Capitania dos Portos de Macaé, de onde seguirá para avaliação do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), no município de Arraial do Cabo, que também recebeu amostras dos outros municípios.

Ainda segundo o G1, representantes de Marinha, Exército, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) se reuniram com as autoridades estaduais e municipais de Meio Ambiente e Defesa Civil no Norte Fluminense.

Ao todo, segundo a última atualização do Ibama, 764 localidades distribuídas por 124 municípios de 11 estados foram atingidas pelo óleo, cuja origem ainda permanece um mistério. Ao todo, 480 delas continuam oleadas, seja em grande quantidade ou com pequenos vestígios de petróleo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Por que parou? Parou por quê?

Nunca se viu tanta empresa de petróleo internacional, que até outubro parecia só ter olhos para o nosso pré-sal, na moita. De repente todo mundo se fingiu de morto depois que o governo encampou a ideia de acabar com o modelo atual dos leilões, o chamado regime de partilha. Só que isso depende da mudança de legislação pelo Congresso e requer tempo. Enquanto não muda a lei, esfriou o interesse pelos três blocos da 7-rodada, programada para 2020, e outros da 8-rodada. Isso além dos dois blocos que sobraram no leilão da cessão onerosa.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/11/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Sudeste sem óleo, diz Marinha

As praias do Sudeste estavam, ontem, livres das manchas de óleo que se espalham pelo litoral brasileiro desde agosto, segundo balanço divulgado no início da noite pela força-tarefa de órgãos federais, comandada pela Marinha, que monitora a situação.

Atualmente, oito localidades em quatro estados permanecem com vestígios de óleo, com ações de limpeza em andamento: Araíoses, no Maranhão; Barreiros, em Pernambuco; Japaratinga, Barra de São Miguel, Feliz Deserto, Maragogi e Roteiro, em Alagoas; e Cairu, na Bahia.

Já tiveram registro de óleo e estavam limpas as praias dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe.

Desde o início das ocorrências, em 30 de agosto, na Paraíba, 772 localidades foram atingidas no Nordeste e no Sudeste. Segundo a nota da força-tarefa, há

16 dias não são encontradas manchas de óleo no mar e, na última semana, 99% das ocorrências correspondem a vestígios de óleo nas praias atingidas.

Já de acordo com balanço do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ao todo, pelo menos 124 municípios de todos os nove estados do Nordeste, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro foram afetados. O balanço também indica que 284 são consideradas “limpas”.

MME / ASCOM .